



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

MARIA LEIDIANE SANTOS DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS QUILOMBOLAS NA OBRA LITERÁRIA
'TORTO ARADO': UMA ANÁLISE JURÍDICA**

**GUARABIRA
2023**

MARIA LEIDIANE SANTOS DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS QUILOMBOLAS NA OBRA LITERÁRIA
'TORTO ARADO': UMA ANÁLISE JURÍDICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação
/Departamento do Curso de Ciências
Jurídicas, Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof. Mestra Paula Isabel Nóbrega Introine Silva

**GUARABIRA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Maria Leidiane Santos da.

A representação dos direitos Quilombolas na obra literária "Torto Arado" [manuscrito]: uma análise jurídica / Maria Leidiane Santos da Silva. - 2023.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Paula Isabel Nóbrega IntroineSilva , Coordenação do Curso de Direito - CH.
"

1. Torto Arado. 2. Literatura. 3. Quilombola. 4. Representação. 5. Análise Jurídica. I. Título

21. ed. CDD B869.3

MARIA LEIDIANE SANTOS DA SILVA

A REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS QUILOMBOLAS NA OBRA LITERÁRIA
'TORTO ARADO': UMA ANÁLISE JURÍDICA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação
/Departamento do Curso de Ciências
Jurídicas, Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel.

Aprovada em: 05/12/2023

— *Paula Isabel N. Introine Silva* —

BANCA EXAMINADORA

Paula Isabel N. Introine Silva

Prof. M^a. Paula Isabel Nóbrega Introine Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Luciana Souto Oliveira

Prof. Me. Renata Gonçalves de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Dra. Luciana Souto de Oliveira
Universidade Católica Portuguesa-Porto (UCP)

A todos os trabalhadores do campo,
descendentes quilombolas, artífices de
cultura que, com suas mãos, semeiam a
terra e trazem vida às nossas mesas.
DEDICO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MARCO JURÍDICO: CONTEXTUALIZANDO OS DIREITOS QUILOMBOLAS	14
3	CONTEXTO DA OBRA “TORTO ARADO”	18
4	PRESERVAÇÃO CULTURAL E IDENTIDADE NA OBRA “TORTO ARADO”	22
5	REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS QUILOMBOLAS NO “TORTO ARADO”	23
6	CONCLUSÃO	25
	REFERÊNCIAS.....	27

A REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS QUILOMBOLAS NA OBRA LITERÁRIA 'TORTO ARADO': UMA ANÁLISE JURÍDICA

Maria Leidiane Santos da Silva

RESUMO

A obra "Torto Arado" (2019) de Itamar Vieira Junior oferece um olhar perspicaz sobre a vida de duas mulheres quilombolas e suas experiências marcadas pela história de escravidão no Brasil. A narrativa revela as cicatrizes deixadas por esse passado sombrio e, ao mesmo tempo, expõe as complexidades do racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira. Essa análise inicial estabelece o cenário no qual a pesquisa se insere, destacando como a obra literária aborda questões sociais profundas que estão intrinsecamente ligadas aos direitos quilombolas e à parte jurídica. O objetivo desta pesquisa é investigar como a obra literária "Torto Arado" de Itamar Vieira Junior representa e aborda questões relacionadas aos direitos quilombolas no Brasil, com foco na exploração dos aspectos legais e culturais presentes na narrativa. A pesquisa será conduzida por meio de uma análise textual e contextual da obra "Torto Arado", com ênfase nos elementos relacionados aos direitos quilombolas, como direitos de terra, preservação cultural e acesso à justiça. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais para contextualizar o quadro legal dos direitos quilombolas no Brasil. A obra oferece representação rica e multifacetada das questões quilombolas no Brasil, explorando complexidades culturais, sociais e jurídicas. Há um diálogo eficaz com o quadro jurídico real dos direitos quilombolas, abordando desafios como disputas de terra, acesso à justiça e preservação cultural. "Torto Arado" teve um impacto significativo na conscientização pública, debates, educação e chamados à ação para melhorar os direitos e as condições das comunidades quilombolas, além de receber reconhecimento literário.

Palavras-chave: Torto Arado. Literatura. Quilombola. Representação. Análise Jurídica.

ABSTRACT

Itamar Vieira Junior's work "Torto Arado" (2019) offers a keen insight into the lives of three Quilombola women and their experiences marked by Brazil's history of slavery. The narrative reveals the scars left by this dark past while simultaneously exposing the complexities of structural and institutional racism in Brazilian society. This initial analysis sets the stage for the research, highlighting how the literary work addresses profound social issues that are intrinsically linked to Quilombola rights and the legal aspect. The aim of this research is to investigate how Itamar Vieira Junior's literary work, "Torto Arado," represents and addresses issues related to Quilombola rights in Brazil, with a focus on exploring the legal and cultural aspects present in the narrative. The research will be conducted through a textual and contextual analysis of "Torto Arado," with an emphasis on elements related to Quilombola rights, such as land rights, cultural preservation, and access to justice. Additionally, bibliographic and documentary research will be conducted to contextualize the legal framework of Quilombola rights in Brazil. The work offers a rich and multifaceted representation of

Quilombola issues in Brazil, exploring cultural, social, and legal complexities. There is an effective dialogue with the real legal framework of Quilombola rights, addressing challenges such as land disputes, access to justice, and cultural preservation. "Torto Arado" has had a significant impact on public awareness, debates, education, and calls to action to improve the rights and conditions of Quilombola communities, in addition to receiving literary recognition.

Keywords: Torto Arado. Literature. Quilombola. Representation. Legal Analysis.

1 INTRODUÇÃO

A literatura há muito desempenha um papel único e poderoso na sociedade como um espelho que reflete as suas complexidades, triunfos e os seus cantos mais sombrios. Através do uso artístico das palavras, a literatura tem o poder de iluminar, questionar e expor os elementos sociais que muitas vezes permanecem ocultos. Serve tanto como lente quanto como plataforma para exame crítico, obrigando os leitores a confrontar verdades desconfortáveis e a se envolver em discussões que de outra forma poderiam ser ignoradas.

Uma dessas obras que corporiza essa capacidade da literatura é “Torto Arado” (2019) de Itamar Vieira Junior. Este romance oferece um vislumbre profundo da vida de duas mulheres quilombolas no Brasil, investigando profundamente as cicatrizes deixadas pela história da escravidão no país e expondo os desafios contínuos do racismo estrutural e institucional. Nesta análise, exploraremos como “Torto Arado” aproveita o poder da literatura para representar e abordar questões críticas relacionadas aos direitos quilombolas no Brasil. Nosso foco estará na exploração das dimensões jurídicas e culturais intrinsecamente entrelaçadas na narrativa, lançando luz sobre a complexa rede de direitos à terra, preservação cultural e acesso à justiça que permeia a vida dos personagens do livro.

A motivação por trás da realização de uma análise abrangente de “Torto Arado” no contexto dos direitos quilombolas reside na importância inegável deste romance como uma obra literária que se envolve e reflete sobre questões sociais críticas. A situação das comunidades quilombolas no Brasil, incluindo a sua luta pelos direitos à terra, pela preservação cultural e pelo acesso à justiça, continua a ser uma preocupação urgente. Ao aprofundar esta narrativa, pretendemos lançar luz sobre estas questões e contribuir para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelas comunidades marginalizadas.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como a obra “Torto Arado” representa e aborda questões relacionadas aos direitos quilombolas no Brasil, com foco principal na exploração das dimensões culturais e jurídicas presentes na narrativa. Através desta exploração, pretendemos descobrir as formas pelas quais a literatura pode servir como um meio potente de sensibilização e defesa dos direitos das comunidades marginalizadas.

Esta pesquisa emprega uma abordagem multifacetada que combina análise textual, exame contextual e pesquisa jurídica. Envolve uma leitura atenta de "Torto Arado" para identificar os principais temas, personagens e elementos narrativos relacionados aos direitos quilombolas. Além disso, extensa pesquisa foi realizada para contextualizar o arcabouço jurídico que envolve os direitos quilombolas no Brasil. Isso inclui uma revisão das leis relevantes e trabalhos acadêmicos.

A principal contribuição desta investigação reside na sua capacidade de unir os domínios da literatura e do direito, demonstrando como um romance como "Torto Arado" pode servir como um veículo para defender a mudança social. Ao examinar os aspectos jurídicos e culturais dentro da narrativa, pretendemos fornecer insights sobre as complexidades das questões dos direitos quilombolas no Brasil e destacar o potencial da literatura para interagir e influenciar os desenvolvimentos jurídicos e sociais do mundo real.

Esta pesquisa utiliza abordagem qualitativa, alinhando-se com metodologias consagradas para o estudo de fenômenos sociais complexos, como a representação dos direitos quilombolas no contexto literário de 'Torto Arado'. A pesquisa qualitativa é escolhida por ser adequada para facilitar a exploração e interpretação aprofundada dos elementos textuais e contextuais do romance (GIL, 2006).

Esta fase envolve uma extensa revisão da literatura, servindo de base para a compreensão do conhecimento existente sobre os direitos quilombolas no Brasil e a interação entre a literatura e os aspectos jurídicos. Inclui um exame minucioso de artigos acadêmicos, livros, documentos legais e análises literárias relevantes para o tema de pesquisa.

O cerne da pesquisa envolve uma análise meticulosa do romance 'Torto Arado'. Capítulos e seções específicas do romance relacionadas aos direitos quilombolas, preservação cultural e dimensões jurídicas são metodicamente identificadas. Esta análise textual envolve técnicas como codificação temática, escrutínio do desenvolvimento do personagem e um exame dos recursos literários usados para transmitir temas subjacentes (GIL, 2006).

Simultaneamente, é realizado um exame contextual para compreender o contexto histórico, cultural e social das comunidades quilombolas no Brasil. Isso requer o estudo de registros históricos, publicações acadêmicas e referências culturais essenciais para a compreensão do romance. O componente de pesquisa jurídica investiga os aspectos jurídicos retratados no romance, incluindo uma revisão

minuciosa de leis relevantes, trabalhos acadêmicos relacionados aos direitos quilombolas, com o objetivo de discernir conexões entre a narrativa do romance e estruturas jurídicas tangíveis.

A fase de integração de dados sintetiza resultados de análise textual, exame contextual e pesquisa jurídica para desenvolver uma compreensão abrangente de como o romance retrata os direitos quilombolas e a intrincada interação entre as dimensões jurídicas e culturais dentro da narrativa. Sendo a análise temática utilizada para interpretar dados, envolvendo a identificação dos temas mais recorrentes, conexões e insights sobre como o romance aborda os direitos quilombolas e implicações sociais mais amplas. Para discernir o alinhamento ou dissonância entre a representação ficcional e os quadros jurídicos reais, é realizada uma análise comparativa, investigando paralelos entre a narrativa do romance e os cenários jurídicos do mundo real.

A pesquisa culmina com uma apresentação sintetizada das principais conclusões e suas implicações. A seção de discussão explora o significado mais amplo da pesquisa, suas contribuições para a literatura e o direito, e contempla possíveis caminhos para pesquisas futuras. Ao longo de todo o processo de pesquisa, uma documentação meticulosa é mantida, incluindo anotações sistemáticas, codificação e categorização cuidadosa dos dados e citação escrupulosa das fontes.

Esta pesquisa será organizada em seções distintas, começando com esta introdução que prepara o terreno para a análise. As seções subsequentes aprofundam os temas dos direitos quilombolas no romance, seguidos de uma exploração detalhada do quadro jurídico. Em seguida, discutiremos as implicações da representação dos direitos quilombolas no romance, seguida de uma conclusão que sintetiza os principais pontos de análises e sublinha o significado mais amplo desta pesquisa nos campos da literatura, do direito e da defesa social.

2 MARCO JURÍDICO: CONTEXTUALIZANDO OS DIREITOS QUILOMBOLAS

O exame do cenário histórico e social do Brasil revela uma complexa trama de dinâmicas étnicas e raciais que tiveram implicações profundas para os vários grupos sociais dentro do país. É essencial aprofundar esta história intrincada para apreciar a natureza multifacetada destas questões. Ao longo dos séculos, o Brasil

testemunhou um amálgama diversificado de culturas, com influências indígenas, africanas, europeias e outras misturas étnicas para criar um tecido social único. As consequências desta fusão complexa são visíveis na rica diversidade cultural e nas cristalizadas hierarquias sociais que se desenvolveram ao longo do tempo.

Segundo Romanelli (1997), durante o período colonial no Brasil, o desenvolvimento econômico dependeu fortemente do trabalho escravo, resultando em marcas profundas e duradouras no cenário social e político. Estas dinâmicas históricas tiveram um impacto direto nas desigualdades que hoje observamos, nomeadamente no acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho. Também desempenharam um papel significativo na formação dos blocos de construção fundamentais da sociedade, tais como “o aparecimento da unidade básica, do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado na família patriarcal”. (ROMANELLI, 1997. p. 33).

A colonização do Brasil foi marcada pela exploração sistemática de africanos e povos indígenas escravizados, que foram submetidos a condições desumanas e a trabalhos forçados. Esta exploração não só alimentou o crescimento econômico da colônia, mas também estabeleceu um sistema profundamente enraizado de hierarquia social e discriminação. As consequências desse legado histórico ainda são evidentes na sociedade brasileira contemporânea.

Uma área-chave onde estas desigualdades históricas persistem é na educação. As disparidades nas oportunidades educativas que tiveram origem no período colonial continuam a afetar o acesso à educação de qualidade para as comunidades marginalizadas, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas. Abordar essas disparidades na educação é crucial para a criação de uma sociedade mais equitativa.

Não obstante, o processo de escravização acarretou em disparidades sociais que até os dias atuais se reverberam no racismo intrínseco e extrínseco, tanto quanto, a luta pelo território. Muitas são as marcas deixadas por esse capítulo histórico que infringem os direitos básicos de cada sujeito, sabendo disso, “a população negra foi ao longo dessa trajetória desabonada no direito a ter direitos” (SILVA, 2021, p. 31).

Nesse viés, ao retomarmos o conceito de Quilombo, historicamente remontamos o seu significado para além da imagem criada no inconsciente popular de um agrupamento de pessoas que foram escravizadas, que se evadiram para ir

contra a violência dos grandes latifundiários. Na perspectiva de Munanga (1996) é imprescindível conhecer suas origens:

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (p. 58).

Em contrapartida, com a atualização da luta dos povos quilombolas, assim como, o Movimento Negro, urge a necessidade de redimensionar o conceito de quilombo, visto que, essas comunidades não estão estanques, pelo contrário, o seu movimento concebe a elas características próprias, são difusas e diversas em sua constituição e nas formas de se relacionar, pois, suas construções são fundamentadas em suas histórias e lutas. Na visão de Leite (2012, p. 295) “o quilombo metaforiza um quadro mais amplo que pode ser vinculado ao que vem sendo visto como a própria África no imaginário do chamado mundo ocidental”.

Nos ditames da Constituição Federal de 1988 em defesa dos territórios e da cultura pertencentes aos remanescentes quilombolas, enfatizamos que estes no artigo nº 216 caput: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Nesse contexto, o ADCT em seu artigo nº 68 ainda lhes garante o direito à propriedade definitiva de suas terras, assim sendo o artigo traz em seu viés: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado conceder os títulos respectivos” (BRASIL, ADCT, 1988, Art. 68º).

Foi em meados do ano de 2003, que aconteceu a importante legalização do procedimento para legalização dos territórios quilombolas. Ainda segundo o artigo nº 68, lhes é garantido a “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas”. Este ponta pé inicial para efetivação dos direitos territoriais quilombolas, acontece com a instituição do Decreto nº4.887 e se mostra um reconhecimento da luta quilombola.

Tendo em vista que, o território nos quais as comunidades quilombolas estão inseridas são utilizadas para a efetivação de práticas sociais, assim sendo, tanto a Fundação Cultural Palmares (FCP) como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ficaram responsáveis pela certificação destas comunidades com a atribuição de delimitar e titular o território. Este instrumento legal traz a definição de remanescentes das comunidades quilombolas:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, Decreto nº 4.887, 2003, Art. 2º).

Em conformidade com a legislação vigente, quando um povo em determinado território se autoreconhece como uma comunidade quilombola, é possível prevê a possibilidade de que eles permaneçam em seu território tradicional. Considerados assim como: “terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (BRASIL, Decreto nº 4.887, 2003, Art. 2º, § 2o), verificando as demarcações e os critérios de territorialidade indicados pelos membros da comunidade.

No âmbito dos territórios demarcados como comunidades quilombolas não devem existir propriedade individual da terra, isto é, não existe a propriedade privada de cada membro da comunidade. Haja vista, às comunidades quilombolas devem estar em nome da associação, sendo esses seus representantes legais. Assim, dentro da regularização fundiária do quilombo, o título expedido pelo INCRA é “coletivo, pró-indiviso”, ou seja, que não é passível de divisão em lotes particulares, regulado através da Instrução Normativa Incra n.º 49, de 29 de setembro de 2008, no artigo nº 24.

Com base nas pesquisas realizadas pelo INCRA, foi possível identificar que das 2.547 comunidades quilombola registrado no Brasil, cerca de 1.715 estão com processos abertos e estancados no judiciário, dessa forma não conseguem regularizar os territórios quilombolas no Brasil (INCRA, 2018).

Em 2018, foram elaborados cerca 278 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação dos Territórios (RTIDs); 156 portarias criadas para o reconhecimento

dos limites do território; 86 Decretos de desapropriação foram publicados; e apenas 124 títulos foram emitidos (INCRA, 2019).

Em resumo, o quadro jurídico aqui discutido desempenha um papel vital na contextualização dos direitos das comunidades quilombolas no contexto mais amplo das comunidades tradicionais no Brasil. Destaca a necessidade de respeitar a sua singularidade cultural e de apoiar os seus esforços no sentido do desenvolvimento social e econômico em harmonia com as suas práticas e valores tradicionais. No próximo capítulo nos aprofundaremos no terceiro contexto do romance “Torto Arado”.

3 CONTEXTO DA OBRA “TORTO ARADO”

O romance “Torto Arado”, escrito por Itamar Vieira Junior, gira em torno da história da família de Zeca Chapéu e Salustiana sua esposa, suas filhas Bibiana e Belonísia, remanescentes quilombolas. A obra se passa na Fazenda Água Negra, representando o sertão brasileiro, suas relações sociais conflitantes, o período de estiagem, a luta pela terra, a exploração do trabalho, a violência, bem como as religiosidades descritas características da ascendência africana.

Através da narrativa das irmãs Bibiana e Belonísia, a história se desenrola para revelar dois Brasis distintos: um habitado por aqueles que possuem vastas extensões de terra e poder, e outro por aqueles que são despossuídos, mas inflexíveis em sua busca por justiça. O segundo grupo, composto pelos sem-terra, é historicamente marginalizado, privado de direitos individuais e coletivos básicos, consagrados na constituição brasileira. Esses direitos incluem acesso à terra, educação e cuidados de saúde, entre outros. O romance pinta um quadro vívido das lutas enfrentadas por esse grupo marginalizado, lançando luz sobre as desigualdades sistêmicas profundamente enraizadas na sociedade brasileira.

Paralelamente, o romance inspira-se nas observações de Karam (2022), que enfatiza que, ao longo dos séculos e em várias culturas, a relação de um povo com a terra é muitas vezes repleta de conflitos. O cenário de violações de direitos e disputas pela propriedade da terra serve como tema central e recorrente em “Torto Arado”. Compreender essa premissa nos confere revisitar a história em que o Brasil, que hoje conhecemos foi constituído. Pois, em outros termos, tendo em vista que, o

negro foi juridicamente libertado, mas socioeconomicamente excluído (LENHARO, 1986) o livro fornece uma rica percepção para refletir não apenas sobre as questões históricas e contemporâneas relacionadas à terra no Brasil, mas também sobre as implicações mais amplas para a estrutura normativa fundiária do país.

A narrativa de Itamar Vieira Junior, na primeira parte, desemboca um ocorrido marcante na vida das duas personagens centrais, o fatídico evento que culmina na amputação da língua da irmã mais velha, Bibiana a deixando muda, e, ao mesmo tempo, o desenrolar da estória apresenta sua força, sua “voz”. “Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui da sua vida.” (VIEIRA 2020, p. 260).

A comunidade na qual cresceram os personagens, Água Negra, fica isolada do centro urbano. Como narrado no romance, o isolamento era tamanho que a primeira vez que as personagens foram levadas ao hospital, foi aos 7 anos de idade. Fato este, representa o isolamento que elas, sua família, assim como, os habitantes de Água Negra eram obrigados a passar e lhes negados o direito ao atendimento médico. Nas falas das personagens: “foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar” (VIEIRA 2020, p.8).

No sentido de suprir essa carência, a comunidade era assistida por práticas culturais e religiosas através do personagem Zeca Chapéu Grande. “Os curadores serviam para restituir a saúde do corpo e do espírito dos doentes, era o que sabíamos desde o nascimento [...] Zeca Chapéu Grande não era apenas um compadre. Era pai espiritual de toda a gente de Água Negra” (VIEIRA 2020, p. 8).

Além do isolamento, as pessoas viviam sob um regime de servidão aos “donos” da terra, mesmo tendo vivido por várias gerações naquele lugar. Dessa forma, não poderiam construir casas de alvenaria, as suas moradias eram feitas de forma improvisada e sem nenhuma estrutura de segurança e qualidade de vida. Assim, vivia em condições análogas à escravidão, trabalhavam na terra e o resultado da sua força trabalho era apropriado pelo proprietário da terra, tal como podemos depreender no fragmento a seguir:

Nós é que não conseguíamos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. “Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo” (VIEIRA 2020, P. 31).

Assim, Schwarcz e Starling (2015, p. 15) defendem que desde o passado de escravização até os dias atuais as relações sociais no Brasil perpassam o elemento cor, tendo em vista que “o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso, mas igualmente perverso [...] Marca forte e renitente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura, e a nação se define a partir de uma linguagem pautada em cores sociais”.

As mesmas cores sociais que demarcam fronteiras e as relações de poder, a condição de servidão em que a família de Bibiana e Belonísia estava inserida abre para a discussão dos direitos constitucionais individuais e coletivos e intransferíveis de cada cidadão. Na visão de Faria (2021)

Podemos supor que para os Povos Quilombolas não foi diferente, principalmente porque essas comunidades vivem da terra e trabalham nela por meio de seus próprios conhecimentos e costume, não que estejam totalmente desintegrados do sistema capitalista, mas não têm condições de competir em igualdade material no mercado produtivo (FARIA, 2021. p. 51).

Nesse contexto, além das questões citadas acima referentes aos direitos fundamentais, também podemos perceber a presença da violência contra a mulher. A vizinha de Bibiana, sofre maus tratos do companheiro “Ele vai me matar”. Os olhos estavam arregalados, o cabelo liso grudado no rosto de suor e o muco viscoso deixava o nariz (VIEIRA 2020, p. 87).

A partir da análise do livro (VIEIRA 2020), a realidade das mulheres do campo no contexto da obra, se misturava ao trabalho na roça, o cuidado com os filhos e a casa, por assim dizer, o que influenciavam diretamente a vida econômica, social e cultural da comunidade, como pode ser observado no fragmento abaixo:

Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas (p. 88).

Mulheres como a personagem central, Bibiana, expressavam grande força, apesar de sua deficiência, empunhava respeito e enfrentava com convicção as injustiças de gênero, a visão do poder nas mãos do mais forte, neste caso, o homem. A fragmento seguinte retirado do texto demonstra a força da personagem frente ao sistema patriarcal que coloca a mulher abaixo do homem: “Ele levantou a

mão como se fosse dar um tapa, mas a susteve no ar quando interrompi a costura para mirar com olhos ferozes os seus olhos. Como se o desafiasse a fazer o que ele queria, para ver se sua bravura ultrapassaria minha determinação” (VIEIRA 2020, p. 100).

Assim, a tomada de consciência e autorreconhecimento no ser quilombola, parte de dois personagens Belonísia, irmã de Bibiana e seu esposo Severo. Eles ao partirem de Água Negra, buscaram estudar e trabalhar, com a perspectiva de volta a sua comunidade e repassar o que aprenderam. Nesse tocante, a educação, como direito basilar, subsidia ao casal a visão de pertencimento e construção identitária enquanto quilombolas, e por isso, possuidoras daquela terra que viveram por gerações, que cultivaram e que também foram explorados.

A partir da conscientização de Belonísia e Severo, todo o processo de luta pelos direitos fundamentais ganha forma no contexto narrado pelo livro. A consciência de si e de seus direitos é o primeiro passo para defender o que lhes pertence, à medida que os personagens se reconhecem como quilombolas o processo de luta ganha materialidade e eficiência.

Haja vista o fragmento a seguir, Severo operacionaliza o processo de reconhecimento da comunidade enquanto quilombolas:

Passaram cópia do documento do imposto da terra de mão em mão para que os mais velhos pudessem ter o que nunca tiveram, como se todo tempo de espera e trabalho tivesse sido para este momento derradeiro, quando iriam receber seus poucos recursos no banco da cidade. Era como se, passado tanto tempo trabalhando sem qualquer remuneração, agora entendessem que tinham direito a receber um ordenado todo mês. Continuavam a trabalhar nos seus roçados, a cultivar seus alimentos, muitos seguiam montando banca na feira da cidade, mas não existiam mais as empreitadas fatigantes que retiraram a saúde de muitos e que significavam a servidão dos antigos, dos avós e bisavós, a sujeição que gostariam de poder esquecer (VIEIRA 2020, p.115).

Logo, ao se intitularem como quilombolas, donos da terra, receberam represálias, foram perseguidores, assim como inúmeros líderes que morreram em luta, em diferentes momentos históricos brasileiros, suas vidas foram dedicadas ao combate das injustiças sociais, lutas que denunciam injustiças históricas, em que gerações de famílias ficaram as margens da sociedade.

Na terceira parte do livro Severo é assassinado, em uma medida de conter o movimento e calar os direitos do povo de Água Negra, porém, fica subentendido que

os mais fortes prevalecem, o mais forte não seria quem resiste? Mesmo tendo sua vida ceifada, as palavras de Severo, assim como de inúmeros líderes históricos, ecoaram na comunidade e ajudaram a fortalecer o reconhecimento da identidade quilombola.

4 PRESERVAÇÃO CULTURAL E IDENTIDADE NA OBRA “TORTO ARADO”

Em "Torto Arado", o tema da preservação cultural e da identidade está profundamente entrelaçado na narrativa, destacando a importância de salvaguardar o patrimônio cultural e a identidade em meio aos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil. O romance explora com maestria estes conceitos, e aqui nos aprofundamos na representação profunda da preservação cultural e da identidade em “Torto Arado”.

Nessa perspectiva podemos dizer que a Religião Jarê: simboliza a resistência, central para a identidade da comunidade Quilombola, é uma mistura sincrética de tradições africanas e catolicismo. Por meio de descrições e rituais vívidos, o romance retrata o significado da religião Jarê em suas vidas. Serve como fonte de força espiritual, uma ligação às suas raízes africanas e um meio de resistência contra o apagamento cultural. A preservação da religião Jarê reflete o espírito duradouro da cultura Quilombola.

A Tradição Oral: "Torto Arado" emprega a tradição oral de contar histórias como meio de transmitir história, valores e sabedoria cultural de uma geração para outra. Personagens como Santa Rita Pescadeira, uma encantada, personificam essa tradição ao contar a história e as vivências da comunidade. Esta técnica narrativa sublinha a importância das tradições orais na preservação da memória e da identidade cultural.

O Idioma: Representa um elemento-chave da identidade cultural, e o romance destaca a forma distinta de falar da comunidade quilombola. A utilização de dialetos e expressões regionais serve como marcador linguístico da sua identidade cultural. Os padrões de fala dos personagens refletem sua conexão com a terra e sua herança cultural única.

As Práticas Tradicionais: "Torto Arado" retrata várias práticas e costumes tradicionais, como agricultura comunitária, música, dança e refeições comunitárias. Estas práticas não só sustentam a comunidade, mas também reforçam a sua

identidade cultural. O romance celebra a beleza e a resiliência dessas tradições, que foram transmitidas de geração em geração.

A Resistência e Adaptação: Os personagens do romance, particularmente Bibiana e Severo, resistem ativamente à assimilação pela cultura dominante enquanto lutam por um futuro melhor. A sua determinação em preservar a sua identidade cultural, mesmo face à adversidade, demonstra a importância da resiliência e da adaptação cultural.

As Intersecções de Identidade: O romance explora a interseccionalidade da identidade, reconhecendo que ser quilombola é um aspecto da identidade de uma pessoa. Personagens como Belonísia enfrentam não só discriminação racial, mas também desafios de gênero. Esta lente interseccional acrescenta profundidade à representação da identidade e sublinha a complexidade das experiências individuais dentro da comunidade.

A Terra como Identidade: A ligação entre a comunidade Quilombola e sua terra ancestral é um poderoso símbolo de sua identidade. O romance retrata como sua história, lutas e aspirações estão profundamente interligadas com a terra que chamam de lar. A terra não é apenas uma fonte de subsistência, mas também um elemento fundamental da sua identidade cultural.

Dessa forma, “Torto Arado” retrata com maestria os temas da preservação cultural e da identidade, celebrando as ricas tradições, espiritualidade e resiliência da comunidade quilombola. O romance sublinha a importância de reconhecer e preservar o patrimônio cultural como parte essencial da identidade de uma pessoa, mesmo face aos desafios sociais, econômicos e políticos. Através de sua narrativa, “Torto Arado” serve como um testemunho do espírito duradouro da cultura quilombola e da importância da preservação cultural na luta contínua por reconhecimento e justiça.

5 REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS QUILOMBOLAS NO “TORTO ARADO”

Em “Torto Arado”, a representação dos direitos quilombolas desempenha um papel significativo ao esclarecer as lutas, injustiças e aspirações das comunidades quilombolas no Brasil. O romance de Itamar Vieira Junior oferece uma narrativa poderosa que explora os desafios enfrentados pelos quilombolas na afirmação de seus direitos e identidade em uma sociedade pós-abolição marcada por racismo

estrutural e disputas por terras. Aqui, nos aprofundamos em como o romance retrata a representação dos direitos quilombolas:

Direitos Fundiários e Território: Um dos temas centrais do romance é a ligação da comunidade Quilombola com a terra. A história gira em torno da Fazenda Água Negra e seus laços históricos com a comunidade Quilombola. Os personagens, principalmente Severo, Bibiana e Belonísia, estão profundamente apegados à terra e à luta para recuperá-la dos descendentes de ex-proprietários de escravos. Isso representa a luta contínua pelos direitos à terra e pelo reconhecimento territorial que as comunidades quilombolas enfrentam no Brasil. Destacamos na Constituição Federal de 1988 no artigo nº 216, § 5 prevê que: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Garantindo assim, proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Contexto histórico: “Torto Arado” se passa em um período pós-abolição, o que é crucial para a compreensão da representação dos direitos quilombolas. Apesar do fim oficial da escravidão, o romance destaca a contínua exploração e subjugação da população quilombola. Os seus laços históricos com a terra são usados para justificar os seus direitos a ela, enfatizando a importância de reconhecer os seus direitos ancestrais.

Resistência e Empoderamento: Os personagens do romance, principalmente Bibiana e Severo, tornam-se ativistas pelos direitos de sua comunidade. Envolvem-se em esforços de base, tais como a organização de associações e a adesão a sindicatos, para lutar pela propriedade da terra e por melhores condições de vida. Como pode ser visto no fragmento que se segue: “Severo colheu assinatura para fundar uma associação de trabalhadores. Disse que precisávamos nos organizar ou, do contrário, acabaríamos sendo expulsos. Para muitos era impossível se imaginar longe de Água Negra (VIEIRA 2020, p. 146). Isto retrata a determinação da comunidade quilombola em resistir à injustiça e fazer valer os seus direitos.

Nesse sentido trazemos a título de comparação, as Ligas Camponesas em Sapé, que teve como seu líder João Pedro Texeira e Elizabete Texeira, além desse, o movimento sindical na cidade de Alagoa Grande liderado por Margarida Maria, ambos os movimentos materializados na Paraíba. João Pedro Texeira e Margarida Maria Alves foram assassinados a mando de proprietários de terras da região, assim como o personagem Severo do livro Torto Arado. Essas analogias entre ficção e

realidade são terrenos de lutas que configuram debates extremamente importantes na tomada de direitos fundamentais, constitucionais, individuais e coletivos, embora diferentes em seu contexto.

Identidade Cultural: O livro também explora a identidade cultural da comunidade quilombola. Mostra suas tradições únicas, como a religião Jarê, que é parte essencial de sua identidade. A preservação destes elementos culturais é uma representação implícita da importância de reconhecer e respeitar os direitos dos Quilombolas, incluindo o seu direito de manter o seu patrimônio cultural.

Interseccionalidade: "Torto Arado" investiga a interseccionalidade das questões de direitos. Retrata como as mulheres quilombolas, como Belonísia, enfrentam não só a discriminação racial, mas também a violência e a desigualdade de gênero. Esta perspectiva interseccional destaca a complexidade dos direitos dos quilombolas e a necessidade de uma abordagem abrangente para enfrentar as suas lutas. se faz presente no livro a luta pelo reconhecimento étnico, quando Belonísia reúne sua comunidade e diz: "Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas" (VIEIRA 2020, p. 141).

Violência e injustiça: O romance não hesita em retratar a violência e as injustiças enfrentadas pela comunidade quilombola. Sublinha a urgência de abordar as violações dos direitos humanos que sofrem. O trágico destino de Severo nas mãos do novo proprietário é uma representação nítida da violência e da impunidade que muitas vezes assolam as comunidades quilombolas.

Dessa forma, "Torto Arado" oferece uma representação convincente dos direitos quilombolas ao retratar as lutas, a resiliência e a determinação dessas comunidades na afirmação de seus direitos à terra, identidade, cultural e dignidade. O romance serve como um testemunho literário dos desafios contínuos enfrentados pelos quilombolas no Brasil e da necessidade de justiça, reconhecimento e empoderamento para essas comunidades historicamente marginalizadas.

6 CONCLUSÃO

A título de considerações finais, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar como a obra "Torto Arado" representa e aborda questões relacionadas aos direitos dos quilombolas no Brasil, com foco principal na exploração das dimensões culturais e jurídicas presentes na narrativa. Por meio de uma análise abrangente do romance, a pesquisa produziu resultados e insights significativos.

O romance retrata vividamente as lutas jurídicas enfrentadas pela comunidade Quilombola para fazer valer seus direitos à terra e ao reconhecimento. Destaca as injustiças históricas e os desafios que enfrentam na busca pelo reconhecimento legal como comunidade quilombola. "Torto Arado" mostra efetivamente a importância da preservação cultural e da identidade no contexto Quilombola. Ressalta como as práticas culturais, como a religião Jarê, as tradições orais e a língua, desempenham um papel crucial na preservação do seu patrimônio.

O romance explora habilmente a interseccionalidade da identidade, reconhecendo que ser quilombola é apenas uma faceta das identidades complexas dos personagens. Lança luz sobre os desafios multifacetados que enfrentam, incluindo a discriminação racial, questões baseadas no gênero e disparidades econômicas. Através de sua narrativa, "Torto Arado" oferece um comentário social e político comovente sobre as lutas em curso pelos direitos à terra, igualdade racial e justiça no Brasil. Serve como um espelho para as questões sociais mais amplas enfrentadas pelas comunidades quilombolas.

A pesquisa em tela, ao analisar a obra Torto Arado, contribui para a compreensão dos direitos quilombolas e da preservação cultural no Brasil de diversas maneiras. Fornece uma análise que revela as representações diferenciadas das lutas quilombolas e da resiliência cultural no romance. Desta forma, contribui para discutir questões sociais e jurídicas sensíveis da comunidade quilombola do Brasil. Ao destacar os desafios legais e o significado cultural retratados no romance, esta pesquisa aumenta a conscientização sobre a situação das comunidades quilombolas no Brasil. Além disso, ao unir os campos da literatura, do direito e dos estudos culturais, oferece uma abordagem interdisciplinar para a compreensão das questões complexas enfrentadas pelas comunidades quilombolas.

Esta pesquisa buscou fazer avanços na compreensão da representação dos direitos quilombolas e da preservação cultural da comunidade quilombola. Pesquisas futuras podem comparar a representação dos direitos quilombolas em "Torto Arado" com outras obras literárias, proporcionando uma perspectiva mais ampla sobre como a literatura retrata essas questões. A análise jurídica aprofundada do retrato dos direitos à terra e das lutas jurídicas no romance pode fornecer uma compreensão mais abrangente dos desafios jurídicos enfrentados pelas comunidades quilombolas.

Portanto, "Torto Arado", de Itamar Vieira Junior, oferece uma representação comovente dos direitos quilombolas e da preservação cultural no Brasil. Esta

pesquisa iluminou as dimensões jurídicas e culturais presentes na narrativa, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios e da resiliência das comunidades quilombolas. Espera-se que esta pesquisa inspire mais exploração e defesa dos direitos e da herança cultural das comunidades quilombolas no Brasil e em outros lugares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Atos das Disposições Constitucionais Transitórias**, Brasília, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988. BRASIL.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, 2003.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO. **Instrução Normativa n.º 49, de 29 de Setembro de 2008**. Disponível em <*Instrução Normativa Incra n.º 49, de 29 de Setembro de 2008 - Comissão Pró-Índio de São Paulo (cpisp.org.br)*> Acesso em: 25/05/23.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acompanhamento dos Processos de Regularização Fundiária Quilombola**. Brasília, 2019. Disponível em <*http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf*> Acesso em 13/06/23.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação dos Processos de Regularização Fundiária Quilombola Abertos no INCRA**. Brasília, 2018. Disponível em <*http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf*> Acesso em: 10/04/23.

FARIA, Juliete Prado de. **O DIREITO DOS POVOS QUILOMBOLAS À CONSULTA E AO CONSENTIMENTO PRÉVIO, LIVRE E INFORMADO E A CONSTRUÇÃO DE PROTOCOLOS INTERNOS: o caso da Comunidade Kalunga no Estado de Goiás**. Goiânia – GO, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: **Atlas**, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do quilombo no Brasil. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Antropologia**

e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. In: **Revista USP**, n. 28, São Paulo, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 19. Ed. Petrópolis (RJ): **Vozes**, 1997.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Torto Arado. São Paulo: **Todavia**, 2019. 262p

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloiza M. Brasil: uma biografia. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2015.